

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 011-551 7700 Fax: 011-551 7844
website: [www. au.int](http://www.au.int)

PA16224 – 76/76/9/10

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Oitava Sessão Ordinária
23 – 28 Janeiro de 2016
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/928(XXVIII)vi
Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ PARA REFUGIADOS, REPATRIADOS
E DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ PARA REFUGIADOS, REPATRIADOS E DESLOCADOS INTERNOS EM ÁFRICA

INTRODUÇÃO

O Subcomité do Comité de Representantes Permanentes (CRP) de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, realizou actividades para o segundo semestre do ano, de acordo com o plano de trabalho de 2015 aprovado. Essas actividades incluíram:

1. Missões de Avaliação ao Cabo Verde e aos Campos de Refugiados Sarauís em Tindouf;
2. Consultas Regionais para as Regiões da África Austral, Oriental, Ocidental, Central e do Norte sobre o Desenvolvimento da Posição Comum Africana sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária para a Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária;
3. Primeira Sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) de Migração, Refugiados e Deslocados Internos;
4. Participação na Reunião do Conselho Executivo (EXCOM) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR);
5. Reunião com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

ACTIVIDADES:

Missão de Avaliação a Cabo Verde

1. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internas e apoiado pela Divisão de Assuntos Humanitários, Refugiados e Pessoas Deslocadas (HARDP) do Departamento de Assuntos Políticos realizou uma missão de avaliação a Cabo Verde de 23 a 27 de Setembro de 2015. O propósito da missão foi o de avaliar os efeitos da erupção vulcânica, que a ilha experimentou em Novembro de 2014. S.E. o Sr. Gerard Mapango, Representante Permanente da República Democrática do Congo (RDC), chefiou a delegação, acompanhado pelo Sr. Olabisi Dare, o Chefe da HARDP.

2. A 23 de Novembro de 2014, Cabo Verde, em particular a Ilha do Fogo, uma das dez ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, experimentou uma erupção vulcânica, que afectou cerca de 1500 pessoas da população da Ilha de 37.000. A erupção destruiu cerca de 57 mil metros de infra-estruturas rodoviárias e cortou distritos das áreas vizinhas ou arredores. O tráfego aéreo para a ilha foi igualmente interrompido temporariamente devido às plumas de fumaça criadas pela erupção vulcânica. Mesmo que não tenha havido vítimas, uma vez que as pessoas que viviam na cratera do vulcão foram evacuadas pelas autoridades de protecção civis e militares, a lava em erupção engoliu todas as aldeias localizados na cratera da montanha vulcânica. Os moradores foram transferidos para três campos localizados em escolas em Mosteriros, Achada Furna e Monte Grande. Outras comunidades acolheram igualmente algumas das pessoas deslocadas. Devido à natureza do efeito posterior do fluxo de lava e da resultante formação de rochas após o arrefecimento da lava, a população deslocada não será capaz de voltar num futuro próximo.

3. A delegação foi recebida pelo Vice Ministro dos Negócios Estrangeiros, que manifestou o seu agradecimento à União Africana, em nome do Governo de Cabo Verde. O Vice Ministro referiu que durante a erupção vulcânica foi um período difícil para o país. Na sequência da erupção, foi posta em prática uma Avaliação das Necessidades Pós-Calamidade (PDNA), a fim de se aferir o nível de assistência a prestar em termos de recuperação e reconstrução. Verificou-se igualmente que o Governo está ciente dos desafios pós-recuperação e reconstrução e tomou as medidas concretas necessárias para criação do Gabinete de Reconstrução do Fogo, que visa implementar o programa de recuperação e reconstrução física das áreas afectadas.

4. Durante a visita de dois dias à Ilha do Fogo, a delegação foi recebida por funcionários dos municípios das regiões de Chá de São Felipe e de Chá das Caldeiras na ilha. Visitou igualmente a cratera do vulcão, que é uma área muito grande que compreende cerca de três principais aldeias das comunidades de Bangaeira, Djen Lorna e Protela. As três aldeias afectadas são algumas das partes mais produtivas de Cabo Verde. A Ilha do Fogo é na realidade reconhecida como a Vinha de Cabo Verde, com uma vibrante indústria de produção de vinho. A delegação falou igualmente com vários de cidadãos deslocados, incluindo os poucos que se recusaram a mudar uma vez considerarem que a lava não chegaria às suas residências. As pessoas enalteceram os esforços do governo em dar resposta rapidamente para evitar qualquer fatalidade. Não houve qualquer fatalidade devido às intervenções oportunas do governo e outros actores humanitários, em particular, a Cruz Vermelha Verde Cape.

5. Foi organizada uma Conferência de Imprensa pela delegação na cidade da Praia, Ilha de São Santiago, após a conclusão das visitas de campo. Elogiou os esforços do Governo de Cabo Verde e agradeceu os parceiros internacionais pelos seus esforços no apoio ao governo. O chefe da delegação mencionou igualmente o facto de que África estará sempre em solidariedade com o governo e povo do país. Manifestou os melhores votos de S.E. Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma ao governo e ao povo do país e anunciou a doação de um montante de 100.000,00 \$EU.

6. É importante reconhecer os esforços positivos empreendidos pelo Governo da República de Cabo Verde através da sua resposta à erupção vulcânica. A acção rápida por parte do Governo, em coordenação com a Cruz Vermelha e outros parceiros foi um passo positivo na direcção certa.

Missão de Avaliação aos Campos de Refugiados Sarauís em Tindouf

7. A pedido de S.E. Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União Africana, S.E. Dra. L. Aisha Abdullahi, Comissária para os Assuntos Políticos, chefou uma missão de avaliação aos campos de refugiados sarauís na região de Tindouf, no sul da Argélia, de 03 a 06 de Novembro de 2015. O objectivo da missão foi o de avaliar os danos causados pelas inundações dos campos de refugiados no final de Outubro. A delegação visitou os campos de refugiados em Tindouf e fez a entrega de uma doação de 200.000,00 \$EU, em nome da Presidente da Comissão e 50.000 \$EU, que foram doados pela Associação do Pessoal da União Africana. A delegação reuniu-se igualmente com o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia, S.E. Sr. Abdelhamid Senouci Bereks, que manifestou o seu apreço pela pronta resposta da Comissão à crise.

8. A Comissária para os Assuntos Políticos agradeceu ao Governo e ao Povo da RASD e manifestou o apreço da União Africana à Argélia, pelo apoio prestado ao povo sarauí por mais de 40 anos e pelo apoio adicional prestado após as recentes

inundações na região. A Comissária foi acompanhada por S.E. o Embaixador Lamine Baali, Embaixador da República Sarauí junto da União Africana e Presidente do Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, Sr. Salah S. Hammad.

9. Numa outra Nota, o Subcomité do CRP para Refugiados, Retornados e Deslocados, em colaboração com o Departamento dos Assuntos Políticos, se engajou em actividades para aumentar a consciência sobre a situação e o direito a autodeterminação do Povo Saharaoui. A esse propósito, ele realizou conferências de imprensa e enviou cartas abertas, apelando a todos os Estados Membros e a Comunidade Internacional para aumentarem esforços tendentes a tratar os problemas dos refugiados e deslocados do Povo Saharauí em Tindouf e reforçarem o apoio ao seu direito a autodeterminação.

Consultas Regionais para as Regiões da África Austral, Oriental, Ocidental, Central e do Norte sobre o Desenvolvimento da Posição Comum Africana sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária para a Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária

10. O **Processo Político** para o desenvolvimento da Posição Comum Africana sobre a **Eficácia da Ajuda Humanitária** tem como base a Decisão do Conselho Executivo Ex.CL/Dec.817 (XXV), de Junho de 2014. A decisão saudou o anúncio feito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, o Sr. Ban Ki-Moon, da primeira Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária prevista para ter lugar em Istambul, Turquia, em Maio de 2016, durante a 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2013. De igual modo, o Conselho Executivo "... exortou a Comissão da União Africana (CUA), em estreita colaboração com o Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, a estabelecer uma Posição Comum Africana que será apresentada durante a Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária ... e a fazer a apresentação de relatórios de actividades de forma contínua ao Conselho Executivo, em cada Cimeira Ordinária ante da Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária..."¹

11. Por conseguinte, a Comissão, em colaboração, com o Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internas organizou consultas regionais para as cinco regiões da União ao longo dos meses de Maio a Novembro. As consultas foram inclusivas e participativas, envolvendo os Estados-membros, as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Mecanismos Regionais (MR); o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Agências das Nações Unidas, Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), várias partes interessadas a nível nacional, regional e continental, dos sectores público e privado, organizações da sociedade civil (OSC), associações femininas e da juventude, da academia e da diáspora. As consultas beneficiaram da orientação técnica de um **Grupo Consultivo de Alto Nível (HAG)**, composto por personalidades reconhecidas de alto nível em África. Essas foram:

- i. Emb. Akisanya Olusegun;
- ii. Sra. Bineta Diop;
- iii. Sr. Chrysantus Ache;
- iv. Sra. Gogontlejang Phaladi;
- v. Comissário Maya Sahli Fadel;
- vi. Dr. Mehari Maru;
- vii. Sra. Nyaradzayi Gumbonzvanda;

¹ [http://www.au.int/en/Executive Council of the African Union/Decision/Ex.CL/Dec.\(XXV\)](http://www.au.int/en/Executive Council of the African Union/Decision/Ex.CL/Dec.(XXV))

viii. Prof. John Oucho.

12. A primeira consulta regional africana foi realizada de 27 a 29 de Maio em Midrand, África do Sul, e a segunda reunião para a Região da África Oriental teve lugar de 29 a 31 de Julho em Arusha, Tanzânia. A consulta para a região da África Ocidental decorreu de 26 a 28 de Agosto em Abuja, Nigéria, enquanto a consulta para as regiões da África Central e do Norte foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, a 05 e 06 de Novembro.

13. As consultas facilitaram e revigoraram as discussões sobre as actuais questões humanitárias, incluindo os desafios humanitários globais e de África. As consultas exploraram igualmente os mecanismos para o reforço da governação global e regional das questões humanitárias e definiu uma agenda inovadora para conformar o futuro da acção humanitária no continente. As deliberações regionais centraram-se principalmente sobre os seguintes temas:

- A arquitectura de governação para a acção humanitária: incluindo os quadros normativos e institucionais, o papel das organizações estatais e regionais;
- Boa governação e direitos humanos;
- A relação entre as questões humanitária e de desenvolvimento no continente;
- Impulsionadores emergentes do deslocamento forçado;
- Preocupações de migração e humanitárias;
- Protecção e assistência das populações afectadas: incluindo refugiados, pessoas deslocadas internas;
- Papel da sociedade civil, da diáspora e da juventude, do sector privado e da parceria na acção humanitária;
- Segurança e terrorismo, radicalização e extremismos;
- Financiamento das acções humanitárias.

Desenvolvimento da Posição Comum Africana (PCA) sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária para a Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária de Maio de 2016

14. Com base nos resultados das diversas consultas regionais, o projecto de Posição Comum Africana (PCA) sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária foi revisto e aprovado pelos representantes dos Estados-membros durante a primeira sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) de Migração, Refugiados e Pessoas Deslocadas Internas, que foi realizada de 16 a 20 de Novembro de 2015, em Adis Abeba, Etiópia.

15. A PCA identifica temas relevantes e apresenta a dinâmica da arquitectura humanitária em África. A PCA reconhece as lacunas existentes e exige a revisão e transformação do sistema humanitário global. Apela a uma futura arquitectura humanitária que seja mais relevante, oportuna, eficaz, eficiente e apta para os desafios futuros. Além disso, sublinha a necessidade de estabelecer uma arquitectura de governação local, nacional, regional e global receptiva e responsáveis, nomeadamente

através da representação plena e equitativa dos países africanos na arena internacional. Reconhece igualmente as ligações complexas entre a boa governação, o desenvolvimento e a paz e segurança e as alterações climáticas, por um lado, e o sistema humanitário, por outro lado. O PCA sublinha a necessidade de abordar as causas de base das várias crises humanitárias no continente, em conformidade com a visão de longo prazo para o desenvolvimento sustentável no continente no contexto da Agenda 2063 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Comemorações do Dia Mundial de Ajuda Humanitária e da Jornada Humanitária Africana

16. A 17 de Agosto, o Subcomité, juntamente com o Departamento de Assuntos Políticos e os seus Parceiros humanitários, comemoraram o Dia Mundial de Ajuda Humanitária e a Semana Humanitária Africana sob o lema global **“Inspirar a Humanidade no Mundo”**. A celebração começou com a Sessão Pública do CRP sobre Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos em África relativa à acção humanitária em África. A Sessão Pública teve como objectivo apresentar as realizações em curso em toda África na resposta aos desafios humanitários e explorar formas para reforçar a capacidade de Estados-membros da UA na construção de resiliência, prevenção e preparação para crises. Foi igualmente lançada uma exposição fotográfica de uma semana que retratou as histórias de sucesso na acção humanitária em África.

Primeira Sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) de Migração, Refugiados e Deslocados Internos

17. A primeira sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) de Migração, Refugiados e Pessoas Deslocadas Internas foi organizado pelo Departamento de Assuntos Políticos, em colaboração com o Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internas, de 16 a 20 de Novembro de 2015, em Adis Abeba, Etiópia. O CTE foi constituído com base na decisão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, **Assembly/AU/Dec.227 (XII)** de Fevereiro de 2009. Na sua primeira reunião, o CTE realizou as seguintes tarefas:

- a) Apreciação e adopção do seu Regulamento Interno;
- b) Eleição dos Membros da sua Mesa;
- c) Apreciação e adopção do Quadro de Política Humanitária da União Africana;
- d) Apreciação e adopção da Posição Comum Africana (PCA) sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária, para ser apresentado à Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária, em Maio de 2016.

18. Por conseguinte, foram eleitos os seguintes Estados-membros como Membros da Mesa do CTE:

Nº.	MEMBRO DA MESA	REGIÃO	PAÍS
1.	Presidente	Norte	República Árabe Sarauí Democrática
2.	1º Vice-presidente	Ocidental	República do Mali
3.	2º Vice-presidente	Oriental	República do Uganda
4.	3º Vice-presidente	Austral	Reino do Lesoto
5.	Relator	Central	República Democrática do Congo

19. Durante a reunião de cinco dias, o CTE reviu e deliberou sobre um dos quadros normativos imperativo, o Quadro de Política Humanitária da União Africana, que orienta a acção humanitária no continente. O Quadro de Política Humanitária procura criar e operacionalizar mecanismos continentais de coordenação das acções humanitárias para apoiar os esforços para orientar a acção humanitária a nível nacional. O CTE avaliou igualmente de forma exaustiva e aperfeiçoou ainda mais o projecto da PCA para garantir que as subtilezas regionais sejam captadas e que retratem explicitamente a mensagem “Uma África, Uma Voz”.

Reunião do Conselho Executivo (EXCOM) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

20. Uma delegação chefiada pela Comissária para os Assuntos Políticos, S.E. Dra. Aisha Abdullahi, participou na 66ª Sessão da Reunião do Conselho Executivo (EXCOM), de 5 a 9 de Outubro. A delegação foi composta pelo Embaixador da República Sarauí junto da União Africana e Presidente da Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, pelo Embaixador da República da Somália e Segundo Vice-presidente do Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internas, e pelo Chefe da Divisão de HARDP e por um Oficial Sénior de Políticas do Departamento de Assuntos Políticos.

21. A Comissária destacou a crescente preocupação no continente africano. O acesso restrito às comunidades afectadas por conflitos ao longo de linhas da frente inconstantes continua um desafio significativo. As violações das leis humanitárias e de direitos humanos internacionais pelas partes em conflito agravam a situação, colocam em perigo os civis presos nas zonas de conflito e ameaçam a segurança dos trabalhadores humanitários. Nesse sentido, foram levantadas as situações dos conflitos em curso no Sudão do Sul, República Centro Africana, Nigéria e Somália. A Comissária levantou igualmente a situação dos refugiados somalis no campo de Dadaab, apelando ao governo do Quênia a cumprir com os princípios de não-repulsão, compreendendo as questões gerais de segurança legítimas do país. De igual modo, a preocupante situação das pessoas deslocadas internas na Nigéria recebeu a devida consideração, uma vez que a consequência humanitária da insurgência do Boko Haram continua a causar crises sem precedentes de pessoas deslocadas internas, especialmente em mulheres e crianças.

22. A reunião definiu os principais desafios enfrentados pelo Alto-comissariado e Comunidade Internacional e os esforços necessários para fazer face aos crescentes desafios. As deliberações incidiram sobre a avaliação da pertinência da agenda de deslocamento para a Comunidade Internacional e as causas de base do deslocamento forçado. Analisou igualmente as necessidades de financiamento e partilha de encargos, bem como as deficiências de financiamento devido às crescentes necessidades humanitárias em todo o mundo.

23. De igual modo, a delegação reuniu-se com o presidente cessante do EXCOM da ACNUR, S. E. Sr. Pedro Comissário, Representante Permanente da República de Moçambique junto do Escritório das Nações Unidas em Genebra. O ex-Presidente do EXCOM agradeceu à UA pelo apoio prestado durante o seu mandato. Em particular, fez menção à visita do Presidente a Etiópia e Sudão do Sul em relação ao sofrimento dos refugiados sul-sudaneses e sudaneses. A delegação manifestou igualmente o seu apreço pelo trabalho realizado pelo Presidente durante o seu mandato.

Reunião com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

24. À margem da reunião do EXCOM, a delegação chefiada pela Comissária para os Assuntos Políticos, S.E. Dra. Aisha Abdullahi, reuniu-se com o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). A reunião destacou e discutiu em pormenor a situação humanitária em África, em particular a necessidade de aumento da resposta humanitária para a região da Bacia do Lago Chade, principalmente nos países afectados pelos ataques do Boko Haram e outros grupos armados. O outro foco de atenção foi a crescente situação humanitária no Sudão do Sul. O CICV mencionou que havia sido deslocada até 10 vezes no Sudão do Sul, para manter a assistência humanitária. Apesar de tais tentativas, garantir o espaço humanitário continua a ser um desafio. O CICV mencionou que as suas operações são igualmente desafiadoras no Mali e na República Centro Africana. As discussões incidiram igualmente sobre a partilha de capital e de encargos em relação à capacidade de absorção dos refugiados pelos países vizinhos dos países afectados por conflitos em África.

Reunião com o Grupo Africano em Genebra

25. A delegação chefiada pela Comissária para os Assuntos Políticos, S.E. Dra. Aisha Abdullahi, prestou igualmente informações ao Grupo Africano em Genebra, sobre o processo que conduziu ao desenvolvimento da Posição Comum Africana sobre a Eficácia da Ajuda Humanitária, que será apresentado na Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária (WHS), em Maio de 2016, em Istambul, Turquia. Por conseguinte, a delegação apresentou os resultados das diversas consultas regionais realizadas nas regiões da África Austral, Oriental e Ocidental.

DESAFIOS:

26. O Subcomité não foi capaz de executar algumas das suas actividades planificadas para 2015, devido à redistribuição dos fundos previstos pela CUA para colmatar as lacunas de financiamento da Comissão.

ACTIVIDADES PENDENTES:

27. A maioria das actividades fora realizada durante o ano, algumas das principais actividades, que não foram realizadas, incluem a avaliação aos países afectados pela Doença do Vírus do Ébola, a Conferência dos Estados Parte à Convenção de Kampala e actividades relacionadas com o reforço da interoperabilidade e intercâmbio entre vários sistemas de aviso prévio no continente. Os detalhes sobre as actividades pendentes são apresentados no **Anexo I**, em anexo.

CONCLUSÃO

28. Apesar dos seus desafios de financiamento, o Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, realizou com sucesso a maioria das actividades a que se propôs no roteiro para o ano de 2015. Espera-se que algumas das actividades restantes sejam parte integrante do seu plano de trabalho para 2016.

VIA A SEGUIR:

29. A Mesa da Subcomité e o Departamento de Assuntos Políticos irão desenvolver conjuntamente o projecto de plano de trabalho em Janeiro de 2016, e apresentá-lo aos Membros do Subcomité para apreciação e adopção em Fevereiro de 2016.

ANEXO I

**PROGRAMA DE TRABALHO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE REFUGIADOS, REPATRIADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAS (PDI)
FEVEREIRO – DEZEMBRO DE 2015**

OBJECTIVOS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	INDICADORES DE DESEMPENHO	PRAZOS E LOCALIZAÇÃO
1. Ajudar na concepção, desenvolvimento, definição, harmonização e coordenação de políticas sobre questões que afectam os refugiados, repatriados e pessoas deslocadas bem como em matéria de promoção do direito humanitário no continente	Assinatura, ratificação e domesticação da Convenção de Kampala por vários Estados-membros e contínua busca de soluções duradouras para o fenómeno dos deslocados internos	Participar das reuniões de divulgação da Convenção de Kampala sobre Deslocados Internos com as OSC, visando a promoção da assinatura e ratificação da Convenção	Número de Estados-membros que assinaram e ratificaram a Convenção de Kampala	Novembro de 2015 Adis Abeba
		Facilitar a Conferência dos Estados Parte à Convenção	Realização da Conferência dos Estados Parte	Junho de 2015 Adis Abeba
	Elaboração de quadros legislativos e de políticas nacionais de luta contra a apatridia e direito à nacionalidade	Reunião de peritos dos Estados-membros	Discussão e adopção do projecto de protocolo	Novembro de 2015 Nairobi, Quênia
2. Promover e reforçar a colaboração e trabalhar com a Comissão da União Africana e as agências humanitárias da ONU, as organizações regionais, as Comunidades Económicas Regionais e outras organizações não-governamentais	Reavivamento institucional do CCAR (Comité de Coordenação de Assistência aos Refugiados)	Duas reuniões de coordenação sobre o deslocamento forçado e a situação humanitária em África com as Comunidades Económicas Regionais	Relatório ao Conselho Executivo sobre a situação humanitária no continente	Junho de 2015: Djibuti, Djibuti Novembro de 2015: Brazzaville, Congo
	Aumento da interoperacionalidade e intercâmbio entre diferentes Sistemas de Aviso Prévio no continente	Orientar reuniões de coordenação de diferentes fóruns dos sistemas nacionais, regionais e continental de aviso prévio	Estabelecimento da Rede de Sistema de Aviso Prévio	Março de 2015 Adis Abeba
		Apoiar os esforços de mobilização da Comissão para a criação de um Sistema de Aviso Prévio humanitário continental com a assistência da Comissão Europeia	Compromisso da Comissão da União Europeia para o Sistema Africano de Aviso Prévio	Março de 2015 Adis Abeba
	Aumento da escala de utilização de ferramentas tecnológicas adequadas localizadas e modernas pelas comunidades humanitárias para o reforço da acção humanitária	Participar no fórum de provedores de tecnologias de informação africanos para a comunidade humanitária	Rede de provedores de tecnologias de informação	
	Pronunciamentos do CRP sobre questões variadas de migração para apreciação sobre acção preventiva a ser tomada em África a nível dos países de origem e decisões do CPS mais bem informadas por novas questões humanitárias emergentes no continente	Envolvimento do CRP na Mesa Redonda sobre Migração	Avaliação da Política Africana em matéria de migração	Junho de 2015 Kigali, Ruanda
	Capacitação do Cluster de Assuntos Humanitários para se envolver em questões humanitárias no continente, na busca de soluções africanas para os problemas africanos no âmbito da Arquitectura Africana de Governação	Participar no Diálogo Anual de Alto Nível e operacionalizar as suas recomendações	Validação do Relatório da Reunião com referências específicas às questões humanitárias	Setembro de 2015 Dacar, Senegal

OBJECTIVOS	RESULTADOS	ACTIVIDADES	INDICADORES DE DESEMPENHO	PRAZOS E LOCALIZAÇÃO
3. Acompanhamento, análise e avaliação da situação dos refugiados, repatriados e deslocados e prestação de recomendações e soluções de políticas ao Conselho Executivo para a acção da União Africana	(AGA)			
	Realização de avaliação e análise das situações de interesse em todo o continente e criação da solidariedade com os Estados-membros afectados por conflitos e que experimentam calamidades humanitárias	Nigeria	Apresentação de relatórios ao Subcomite do CRP de Refugiados	Agosto de 2015
		Etiópia		Setembro de 2015
		Liberia		Outubro de 2015
		Sierra Leone		Outubro de 2015
		Guiné		Outubro de 2015

EX.CL/928/XXVIII)vi
Anexo

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO
HUMANITÁRIA EM ÁFRICA
JULHO – DEZEMBRO DE 2015**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

PA16213 – 48/48/22/10

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO
HUMANITÁRIA EM ÁFRICA
JULHO – DEZEMBRO DE 2015**

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

JULHO – DEZEMBRO DE 2015

O presente relatório proporciona uma breve resenha da situação humanitária em África para o período de Julho a Dezembro de 2015. Fornece uma análise das principais tendências e desafios resultantes dos múltiplos conflitos, da movimentação das populações e de várias catástrofes que ocorreram nas cinco regiões de África. A informação foi sintetizada a partir dos Estados-membros, parceiros e fontes abertas.

I. ANÁLISE GLOBAL DA SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

1. O continente africano continua a sofrer as consequências de conflitos relacionados com défices na governação. A contínua insegurança e a crise política em curso, bem como os conflitos nalguns países do continente, nomeadamente Burundi, República Centro Africana, Leste da RDC, Norte da Nigéria e na bacia do Lago Chade, constituem as causas principais da incessante movimentação de populações no seio e entre os países, contudo, forçando muitos a refugiarem-se para a Europa, a procura de condições estáveis. Estes movimentos contínuos intensificam a situação humanitária no continente.

2. Têm-se registado, desde Fevereiro de 2015, condições meteorológicas extremas associadas ao fenómeno El Nino. Espera-se que os seus impactos humanitários directos e indirectos persistem com intensidade variável no início de 2016. Os meios de subsistência de mais de 30 milhões de pessoas estão ameaçados. As manifestações do fenómeno El Nino são visíveis em todas as partes do continente.

3. A cintura do Sahel, as crescentes temperaturas resultarão na expansão do deserto do Sahara. Situações graves de seca afectarão os meios de subsistência dos agricultores e dos pastores nómadas no Níger, Chade, Camarões, Mali, Sudão e Etiópia. No Norte de África, as fortes chuvas e as inundações causarão danos graves às culturas e às infra-estruturas no Egipto, Argélia e Marrocos. Na África Ocidental e no Grande Corno de África, 22 milhões de pessoas enfrentam a ameaça da fome. Chuvas excessivas irão assolar a Tanzânia, Quênia, Uganda, Burundi, Ruanda, República Democrática do Congo, Etiópia, Djibuti, Sudão do Sul e Sudão, causando vagas de inundações, deslizamentos, trovoadas e doenças provocadas por águas e animais. Só na Etiópia, 15 milhões de pessoas irão precisar de assistência alimentar no início de 2016.

4. Na África Austral, o fenómeno El Nino irá provocar mais secas nas regiões ressequidas do Malawi, África do Sul, Zimbabwe, Moçambique, Botswana, Madagáscar e Lesoto. Cerca de 13,5 milhões de pessoas encontram-se em risco de insegurança alimentar, sobretudo porque a estiagem causará défices nas colheitas de milho, acompanhados por picos nos preços dos alimentos. Em zonas mineiras (exemplo Zimbabwe), a redução nas chuvas e a redução acentuada nos níveis da água afecta investimentos hidroeléctricas, afectando a produtividade e o emprego na indústria extractiva, resultando na pobreza das famílias.

5. Na África Ocidental, chuvas acima da média causarão inundações nos leitos dos principais rios, destruindo culturas, arrastando assentamentos urbanos e rurais e deixando milhares de pessoas sem-abrigo no Burkina Faso, Níger, Nigéria, Guiné, Serra Leoa e Mali. Em muitos países, as previsões meteorológicas permitem prever ocorrências de impactos cíclicos, onde situações graves de seca sucederão a chuvas

excessivas ou vice-versa. Isso provocará uma grande pressão nos actuais sistemas e estratégias comunitários de resiliência das populações afectadas. Em outros países, os efeitos das condições meteorológicas extremas associadas ao fenómeno El Nino serão agravados pelo conflito (por ex. o Sudão do Sul, Somália, República Centro-Africana e República Democrática do Congo) ou a fragilidade do Estado (por ex. o Burundi).

6. Tanto as fortes chuvas como a seca irão desencadear novas vagas de migrantes económicos e afectar negativamente as populações mais desfavorecidas, sobretudo os refugiados e as pessoas deslocadas em zonas de conflito (por ex. os refugiados de Dadaad no Quénia, do Burundi na região dos Grandes Lagos, os refugiados e os deslocados internos na RDC e na RCA), os habitantes de bairros degradados e de casas precárias nas periferias das cidades em rápida expansão.

7. Recomenda-se vivamente que haja a monitorização meteorológica de médio e curto prazo para o desenvolvimento de condições que podem alterar ou reforçar a expectativa das previsões actuais em África. A Comissão da União Africana encara o El Nino como uma séria preocupação humanitária, portanto, irá criar um grupo de trabalho especial interdepartamental para lidar com o fenómeno El Nino que irá trabalhar com os parceiros e coordenar os esforços que visam apoiar os países mais afectados.

8. Persistem graves preocupações com as 20 milhões de pessoas no Sahel. O conflito recorrente, as tendências meteorológicas erráticas, as epidemias e outros choques continuam a enfraquecer a resiliência das famílias em toda uma região que continua a enfrentar níveis crónicos de insegurança e malnutrição. Estima-se que 20,4 milhões de pessoas terão permanecido inseguras em termos alimentares no princípio de 2015, das quais, 70% encontram-se no Níger, Nigéria, Mali e Chade. As epidemias continuaram a exigir atenção em 2015. Além da cólera, meningite, Lassa e febre-amarela e muito recentemente, o vírus do Ébola na região ocidental de África.

II. ANÁLISE REGIONAL

Região Norte de África

9. **A Líbia** continua a ser um país de trânsito para os migrantes atravessarem para a Europa através do Mar Mediterrâneo, dos quais, muitos acabam perdendo as suas vidas antes de chegar aos seus destinos na Europa. O destino mais comum é a Ilha italiana de Lampedusa, há aproximadamente 300 quilómetros de distância. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações, mais de 600.000 pessoas chegaram às costas da Europa este ano, fazendo desta, a pior crise migratória do continente desde a 2ª Guerra Mundial.

10. O Governo da **Mauritânia** continua a manter as suas fronteiras abertas para os fluxos migratórios do Mali que se numeram em 50.266. Além disso, continuam a envidar-se esforços no sentido de atender aos refugiados e requerentes de asilo provenientes da República Centro Africana, Côte d'Ivoire, Síria e a República Democrática do Congo.

11. **Egipto:** o registo dos refugiados sírios no Egipto pelo ACNUR continua. Até 31 de Outubro de 2015, a população de refugiados sírios no Egipto registados pelo ACNUR elevou-se a 127.681 indivíduos. Até meados de 2015, tinham sido verificados 108.312 indivíduos, representando 84,56%% da população activa registada. Durante 2015, o ACNUR registou 6.264 refugiados sírios. Apenas 3.082 dos refugiados registados pelo

ACNUR no decurso de 2015, representam novas chegadas ao Egipto, visto que persistem as exigências para a obtenção de visto aos cidadãos sírios².

12. Tunísia: tomando como base a cooperação bem-sucedida, o Governo da Tunísia solicitou o envolvimento contínuo do PAM na prestação de assistência para operacionalizar a sua Estratégia de Alimentação Escolar Sustentável por um período de três anos a partir de Julho de 2015. Esta assistência consistirá de três componentes: i) reforço dos quadros e dos instrumentos regulamentares nos domínios da governação, focalização, relação custo-eficiência, qualidade e segurança nutricional da refeição escolar, monitorização e avaliação, bem como a participação comunitária; ii) modernizar o actual modelo descentralizado de alimentação escolar nas escolas seleccionadas para aumentar a capacidade do sistema para providenciar refeições nutritivas e quentes; e iii) experimentar novas modalidades de implementação eficientes, responsáveis, e apoiar os pequenos agricultores locais. Através das suas actividades, o PAM procurará contribuir para o desenvolvimento local por meio do encorajamento das ligações à produção agrícola local e às organizações comunitárias³.

13. República Saharawi: a Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Dr. Nkosazana Dlamini Zuma, anunciou uma doação de 200.000 \$EU para aliviar o sofrimento do povo saharawi afectado pelas inundações nos campos de Tindouf e 50.000 \$EU, que foi doado pela Associação do Pessoal da União Africana. Relatórios indicam que as chuvas torrenciais e as fortes inundações destruíram vários edifícios públicos, centros comunitários e lares de refugiados nos campos. A doação servirá para fornecer assistência humanitária urgente, especialmente tendas, alimentos e medicamentos. De notar que há mais de 40 anos, os refugiados saharais viveram em casas e tendas improvisadas durante o exílio devido à ocupação ilegal de seu país por Marrocos. As decisões da Conferência da UA e das Nações Unidas têm apelado para o respeito dos direitos à autodeterminação do povo saharawi.

14. No último mês de Outubro de 2015, fortes chuvas caíram de forma ininterrupta durante mais de uma semana nos acampamentos de refugiados saharais, na região de Tindouf, na Argélia, causando grandes destruições, danos e perdas de existências de alimentos de famílias. 17821 casas familiares foram total ou parcialmente destruídas e mais de 80.000 refugiados foram afectados. Os mais afectados são crianças e mulheres, que constituem 70 a 80% da população total de refugiados. Mais de 30% de escolas e centros de saúde foram gravemente danificados. Os refugiados saharais continuam a viver em tendas. No entanto, a ajuda cobre apenas 45% das tendas necessárias. Cada família anualmente deveria receber 60 metros de lona para fazer a tenda a cada 5 anos. E uma vez que as famílias ascendem a mais de 28.000, então, existe uma necessidade de 5.600 tendas por ano. O fosso continua a ser elevado (13.176 tendas). 47% das necessidades do sector da educação não está a ser coberto por nenhum doadores (equipamento escolar, reabilitação e construção de escolas e jardins de infância, carteiras e cadeiras de alunos ... etc.). Não há co-financiamento de materiais de higiene, apenas ACNUR financiou kits fornecidos através TRIANGLE (THG), que agora não tem financiamento e isso terá consequências graves sobre a saúde das mulheres. Eles estão a distribuir a 38.450 mulheres, mas o deficit permanece em 66,67%.

² ACNUR, Outubro de 2015, Relatórios Mensais do Plano Regional de Resiliência dos Refugiados (3RP), Egipto

³ PAM, Julho – Setembro de 2015, Relatório sucinto

15. As necessidades de recursos para assistência alimentar para satisfazer as necessidades mínimas de 125.000 pessoas mais vulneráveis das 175.000 em 2015 ascende mais de 20 milhões de USD⁴.

Região da África Oriental

16. Os países dessa região já vivenciam o impacto das alterações climáticas causadas pelo El Niño. Já há relatos de inundações localizadas, causadas por chuvas em partes da Somália, na região oeste e costeira do Quênia. Espera-se pelo ímpeto da força deste El Niño, entre Outubro de 2015 e Janeiro de 2016, na maioria dos países no Corno de África e, há expectativas de melhoria das chuvas no sudoeste da região, afectando o Quênia e a Somália. As condições cada vez mais secas do que o normal, também têm afectado o Sudão, a Eritreia e o Djibuti, bem como o leste do Sudão do Sul.

17. **Sudão:** a situação humanitária em Darfur e na parte oriental do Sudão prevalece em meio a diminuição de recursos, tendo em conta que estes e muitos outros volumes de contenciosos em África tornam-se casos humanitários esquecidos. Os Deslocados Internos em Darfur continuam vítimas de insegurança, fornecimento inadequado de alimentos, água, abrigo e suprimentos médicos. A busca por uma solução política duradoura é a única solução para este volume de contencioso prolongado.

18. **Quênia:** O Quênia tem acolhido refugiados do Sudão do Sul, Etiópia, Eritreia, RDC, Ruanda, Burundi, Uganda e Somália. O Campo de Refugiados de Dadaab tem acolhido refugiados da Somália há mais de 2 décadas. Todavia, o governo do Quênia manifestou preocupação com a natureza humanitária em mudança no campo, tendo apelado para o repatriamento voluntário de refugiados somalis, em virtude da insegurança causada pelo grupo terrorista Al-Shabaab que se tem servido do campo para actividades ilegais. O governo apelou à comunidade internacional para apoiar os esforços dos governos do Quênia e da Somália, bem como UNHCR no âmbito do acordo tripartido e para apoiar os refugiados somalis no Quênia, de modo a acelerar o seu regresso voluntário à Somália de forma segura e com dignidade.

19. **Somália:** Uma conferência de doadores organizada pela União Europeia observou a comunidade internacional a comprometer-se com recursos para um plano de acção designado a melhorar as condições socioeconómicas na Somália e apoiar os refugiados retornados da Somália. Os compromissos financeiros destinaram-se a proporcionar oportunidade de formação e emprego na Somália para os retornados e apoiá-los em termos de reintegração. Isto inclui maior acesso aos serviços básicos, melhoramento da segurança e cumprimento da lei, reabilitação de infra-estruturas e do ambiente, acesso à educação, água e serviços de saneamento básico, cuidados médicos, abrigo, agricultura e a criação de oportunidades de emprego, melhoria dos meios de subsistência e redução da vulnerabilidade nas áreas de retorno.

20. Um conflito armado eclodiu em Gaalkacyo em Novembro de 2015, matando cerca de 20 pessoas e deixando um número estimado de 120 feridos, de acordo com o grupo sectorial para a saúde. Os membros do grupo sectorial de protecção da saúde registaram mais de 90.000 deslocados internos nas proximidades das vilas e subúrbios do norte e do sul de Gaalkacyo, criando superlotação em muitas povoações. Desde o início da esta chuvosa, em Outubro, as inundações afectaram 144.000 pessoas e quase 60 mil deslocados. Tal acontece em meio a uma situação humanitária já precária com uma estimativa de 4,9 milhões de pessoas que necessitam de assistência. Mais de 1,1

⁴ Crescente Vermelho do Saara Ocidental, Novembro de 2015, Saarauí

milhões de pessoas continuam deslocadas internas e 308.000 crianças menores de 5 anos desnutridas⁵.

21. Sudão do Sul: A insegurança alimentar permanece como preocupação séria no Sudão do Sul. Por todo o país, os relatórios dão conta que 3,9 milhões de pessoas no Sudão do Sul enfrentam fome severa. O efeito do conflito no país continua a ser um impulsionador de emergência complexa, atendendo que o espaço humanitário tem diminuído. O acesso às pessoas necessitadas continuou constrangido, visto que a ajuda humanitária não alcança as comunidades afectadas e a violência contínua a restringir o acesso por parte dos trabalhadores humanitários. A situação humanitária é tão precária que há uma ameaça eminente de fome. O país enfrenta os efeitos da guerra, chuvas erráticas, preços elevados de alimentos e custos elevados do combustível, inflação, disrupção do mercado, deslocamento relacionado com conflitos e perda do gado e da produção agrícola num ambiente económico degradado.

22. Etiópia: o fenómeno El Nino continua a ter impacto na Etiópia. Com base nos resultados de avaliação dos vários Meher 10,2 milhões de beneficiários precisarão de uma avaliação alimentar de emergência, enquanto 400.000 crianças menores de cinco anos e 1,7 milhões de crianças, mulheres grávidas e lactantes precisarão de apoio nutricional especializado. Do total das pessoas visadas 37 por cento encontram-se na região Oromia, 22 por cento na região Amhara, 15 por cento na região Somali, 12 por cento em Tigray, 7 por cento em Afar. As necessidades totais em termos de recursos para atender 10,2 milhões de beneficiários são estimadas em 1,4 mil milhões \$EU, dos quais 1,1 mil milhões são necessários para a assistência alimentar de emergência e os restantes 300 milhões \$EU para componentes não alimentares. Visto ser a primeira instalação para 2016, o Governo da Etiópia assumiu um compromisso de afectar um montante adicional de 97 milhões \$EU. As quedas ocasionais antecipadas em algumas áreas de Amhara, Benishangul-Gumuz, Oromiya, Gambela e da Região das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul (SNNPR) terão um impacto negativo nas actividades da estação agrícola. Portanto, os agricultores são aconselhados a tomar providências adequadas atempadamente, a fim de evitar prejuízos à produção agrícola devido às condições desnecessária de humidade do solo na colheita e nas actividades pós-colheita⁶.

Região da África Central

23. Burundi: a proposta do terceiro mandato do Presidente Pierre Nkurunziza suscitou movimentações massivas de refugiados para os países vizinhos, relatando-se, já, que há um total de 211.393 refugiados burundianos e requerentes de asilo que chegam aos países vizinhos da RDC, Tanzânia, Ruanda, bem como Uganda e Zâmbia, desde Abril de 2015. 375 famílias são Deslocados Internos devido às chuvas fortes na Província de Bujumbura, ao passo que 14804 de pessoas (2995 famílias) são Deslocados Internos em famílias acolhedoras nas províncias de Kirundo e Makamba⁷. A situação em Burundi permanece volátil, com incidentes contínuos de violência esporádica no país. Embora algumas partes do país foram poupadas de violência, ataques de granadas e confrontos entre os grupos da oposição e o governo continuam a ocorrer regularmente na capital⁸.

⁵ UNOCHA, 3 de Dezembro de 2015, Quadro Humanitário na Somália

⁶ Análise do Sistema de alerta prévio e de resposta prévia, Dezembro de 2015 – Governo da Etiópia

⁷ Relatório da OIM, Outubro de 2015 - Burundi

⁸ Actualização Regional da UNHCR, 17 de Outubro de 2015 – Burundi

24. Na **República Centro Africana**, desde alguns anos à esta parte, a ilegalidade persiste nas regiões central e norte da RCA. Isto dá-se como resultado da crescente presença de ex-Seleka, anti-Balaka, *Révolution Justice* e pastoralistas monádicos. Estes grupos estão envolvidos em mortes violentas, violações sexuais e incêndio de casas, tornando as populações nessas regiões altamente vulneráveis e vivendo em constante medo de serem atacadas. Em Bangui, após meses de relativa acalmia, a recente renovação da violência causou a morte de algumas pessoas e o ferimento grave de outras, resultando em pelo menos 40.000 Deslocados Internos, com um total de mais de 399.000 Deslocados Internos no país. O acesso humanitário continua dificultado, enquanto que persistem os ataques contra trabalhadores humanitários, inclusive ameaças preocupantes de rapto.

25. Trata-se de uma crise humanitária na parte leste da **DRC**, onde mais de 1,6 milhões de pessoas encontram-se deslocadas devidos aos ataques e conflito armado. Mais de 744 pessoas encontram-se deslocadas nas províncias a norte do país, sendo Kivu do Norte a mais afectada. Durante os últimos 18 meses, o número de pessoas que retornou às suas casas no leste do país reduziu consideravelmente, muitos dos quais alegando o medo e a insegurança.

A Bacia do Lago Chade

26. **Boko Haram** (“Proibido o Ensino Ocidental”) é um grupo rebelde líder, que tem como intuito criar um estado islâmico nas regiões predominantemente islâmicas do norte da Nigéria. Os ataques do Boko Haram alcançaram todo a região do Lago Chade, afectando igualmente os Camarões, Chade e Níger. As autoridades nigerianas têm vindo a lutar contra o Boko Haram desde 2009. Desconhece-se o número exacto, entretanto, a força do Boko Haram é estimada em cerca de 15.000⁹. Em Março, o Boko Haram jurou lealdade ao Estado Islâmico. Acredita-se que ultimamente o grupo se esconde na região do Lago do Chade e na floresta de Sambisa¹⁰.

27. A violência de Boko Haram causou o deslocamento de cerca de 2,2 milhões de pessoas¹¹, restringiu a circulação, impediu o fornecimento de alimentos, dificultou seriamente o acesso aos serviços básicos e limitou as actividades agrícolas. Na **Nigéria**, as pessoas afectadas pela violência em Adamawa, Borno e Yobe, bem como nos estados vizinhos de Bauchi, Taraba e Gombe encontram-se em necessidade urgente de protecção, abrigo, alimentos e acesso aos serviços de saúde e educação. Cerca de 9,7 milhões de pessoas, incluindo Deslocados Internos encontram-se nas 34 áreas mais afectadas pela insurgência de Boko Haram¹². A população inteira no nordeste da Nigéria, ou seja, 24,5 milhões de pessoas estão indirectamente afectadas; 4,6 milhões encontram-se em necessidade de ajuda humanitária, incluindo 461 crianças abaixo dos cinco anos de idade. O repatriamento contínuo de refugiados nigerianos, em particular, nos Camarões e as operações de combate à insurgência têm a probabilidade de aumentar o número de deslocados com necessidade de ajuda humanitária até 100.000 – 250.000. O governo da Nigéria anunciou planos para iniciar com o encerramento dos campos de Deslocados Internos no estado de Adamawa no final do ano e em Janeiro no estado de Borno. Há um risco de que os Deslocados Internos sejam forçados a retornar. A contar de 1 de Novembro de 2015, 12.592 Nigerianos retornaram, na sua maioria após terem estado entre oito meses no Chade e Camarões.

⁹ Amnistia, 13/04/2015

¹⁰ AFP, 23/10/2015

¹¹ OM, 31/10/2015

¹² OIM 31/10/2015

28. A situação de segurança na região de Lac, que inclui o nordeste da Nigéria, o leste do Chade, o extremo norte dos Camarões e Sul do Níger continua a causar o deslocamento de civis e o impedimento do acesso às populações afectadas, sobretudo, nas áreas remotas.

29. Os Camarões acolhem 158.316 Deslocados Internos¹³. 87% foram deslocados em virtude da violência relacionada com Boko Haram e 13% pelas inundações e outras catástrofes naturais. 49% dos Deslocamentos Internos ocorreram em 2015. Estima-se que 84% vive no seio das comunidades acolhedoras, ao passo que 16% vive em assentamentos espontâneos. Logone-et-Chari acolhe a maioria dos Deslocados Internos (91.930), Mayo Danay com 26.670, Mayo-Sava com 18.094 e Mayo-Tsanaga com 18.020. As principais movimentações continuam a ocorrer no Extremo Norte. Algumas localidades ficam vazias ao anoitecer, porquanto os residentes afugentam-se para o mato com receio dos ataques do BH¹⁴. Os Camarões também acolhem mais de 314.000 refugiados, principalmente da Nigéria e República Centro Africana. Até 30 de Novembro, 65.109 refugiados nigerianos encontravam-se registados nos Camarões¹⁵. Na maioria das localidades, o número de refugiados e de cidadãos de países terceiros excede a população. As comunidades acolhedoras e os refugiados estão a competir relativamente aos recursos já inadequados e às condições de vida tornaram-se muito difíceis para todos.

30. No **Chade**, a região Lac presenciou pelo menos 52.000 pessoas de que se estimam ter-se deslocado desde o dia 21 de Julho, na sequência do aumento da violência e evacuações. O conflito do BH na Nigéria forçou o retorno de cerca de 12.000 Chadianos, desde Janeiro de 2015. 3.400 retornados da Nigéria vivem em Dar Al Nahim, próximo de Dar es Salaam. Além disso, há cerca de 5.000 – 15.000 retornados sem registo. O acesso às populações afectadas continua dificultoso. As ilhas ao oeste e norte de Bagasola continuam a enfrentar grandes constrangimentos devido à insegurança¹⁶. As populações dessas áreas enfrentam dificuldades de chegar às cidades de Bagasola e Bol, onde estão localizados os serviços importantes, incluindo hospitais.

31. O Níger enfrenta crises múltiplas de deslocamento. A violência do BH causou o deslocamento de 150.000 pessoas na região de Diffa, incluindo 50.000 Deslocados Internos e cerca de 100.000 refugiados nigerianos. A instabilidade na Líbia provocou o retorno de cidadãos do Níger em situação de vulnerabilidade e fez com que migrantes de outras nacionalidades transitassem através do país, alguns dos quais viram-se abandonados em necessidade de protecção e assistência nas cidades de trânsito, incluindo Agadez.

32. Até 25 de Novembro, houve deslocamentos de mais 2,2 milhões de pessoas devido a conflitos e mais de 170.000 refugiaram-se para o exterior. O repatriamento contínuo de refugiados nigerianos, em particular dos Camarões e, as operações contínuas de combate à insurgência têm a probabilidade de aumentar o número de deslocados em necessidade de ajuda até 100.000–250.000¹⁷. O governo da Nigéria anunciou planos para iniciar com o encerramento dos campos de Deslocados Internos

¹³ OIM, 27/11/2015

¹⁴ OIM, 27/11/2015

¹⁵ ACNUR, 30/11/2015

¹⁶ UNOCHA, 06/11/2015

¹⁷ OCHA, 19/11/2015

no estado de Adamawa no final do ano e em Janeiro no estado de Borno. Há um risco de que os Deslocados Internos serem forçados a retornar. A contar de 1 de Novembro de 2015, 12.593 Nigerianos retornaram, na sua maioria após terem estado entre oito meses no Chade e Camarões. A situação de segurança na Região de Lac no Chade continua a dificultar o acesso às populações afectadas, sobretudo em áreas remotas.

POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA

33. A insurgência do Grupo Islâmico Armado Boko Haram's (BH) no nordeste atingiu o seu auge em 2014, altura em que foram declaradas 7.711 mortes. Entre Janeiro e 25 de Novembro de 2015, cerca de 420 incidentes relacionados com BH e 8.490 mortes foram reportados na Nigéria, sendo a sua maioria nos estados de Borno, Adamawa e Yobes, com outros estados nas redondezas. Cerca de metade dos incidentes, ou seja, 184, foram contra civis e resultou na morte de 5.215.

34. Desde o fim de 2014, o conflito tomou uma dimensão mais regional, com ataques nos Camarões, Chade e Níger e uma força multinacional fortalecida. As ofensivas militares em 2015 voltaram a ganhar território na Nigéria pelo BH, no entanto, o grupo continua a manter redutos em áreas difíceis de aceder, incluindo a floresta de Sambisa, as Montanhas de Mendera as Ilhas do Lago Chade. Ao enfrentar as ofensivas das Tropas Militares da região da Bacia do Lago Chade, coordenadas pela Força Conjunta Multinacional (MNJTF), o Boko Haram mudou as suas táticas, focalizando a sua estratégia em ataques esporádicos a áreas que não teve como alvo anteriormente, incluindo bombardeamentos suicidas. Até 25 de Novembro de 2015, mais de 90 ataques suicidas foram registados na região em 2015, em comparação com 38 durante todo o ano de 2014. Em Outubro, pelo menos 548 pessoas morreram vítimas de violência relacionada com o BH, incluindo 235 que morreram em 17 incidentes resultantes de violência contra civis. Em Setembro, 282 pessoas morreram em 13 ataques do BH contra civis. Julho foi o mês em que se registou mais mortes, desde Março, registando-se 980 fatalidades devido à violência.

35. Desde o envolvimento dos Estados-membros da região do Lago do Chade e da Comissão da União Africana na resolução da crise, com a operacionalização das Forças Conjuntas Multinacionais em Junho, várias cidades foram retomadas do BH e reféns resgatados, embora grande parte do nordeste continua perigosa e registando-se ataques contra civis. Estes sucessos recentes na luta contra o BH, supostamente, estão a melhorar a moral das Tropas Militares, que era, deveras, baixa. A Liderança Regional, as mudanças em termos de comando e aperfeiçoamento do equipamento consideram-se terem aumentado a capacidade do exército. Contudo, ainda há muito por fazer em termos de coordenação das tropas e outras medidas para combater o terrorismo na região, inclusivamente melhorias no sector judiciário, o envolvimento das comunidades locais e a luta contra a pobreza e a radicalização na região, sobretudo, entre a camada jovem.

Região da África Ocidental

36. Nigéria: Além do caos causado pelo Boko Haram, a Nigéria vivenciou chuvas agravadas pela ruptura de barragens nalguns estados, resultando em inundações em toda a Nigéria. De acordo com a Agência Nacional de Orientação, um total de 100.420 tornaram-se deslocados. Casas e outros edifícios foram arrastados e, algumas áreas agrícolas inundadas. Tal como relatado recentemente pelo Banco Mundial, espera-se que os efeitos das alterações climáticas sobre a Bacia do Rio Níger, onde muitas das

regiões propensas a inundações de encontram, virão a ser abrangentes, incluindo um aumento da elevada variabilidade de chuvas na região, exacerbada por inundações e estiagem¹⁸.

37. A situação de segurança volátil no norte do **Mali** continua a ter um impacto devastador sobre os civis, debilitando o retorno dos refugiados, afectando os mercados, e impedindo a restauração completa dos serviços básicos. Cerca de 133.000 refugiados malianos permanecem na Mauritânia, Níger e Burkina Faso e mais de 80.000 malianos continuam deslocados. o nível elevado de insegurança no norte do Mali, também causa grande impacto sobre a habilidade dos trabalhadores de ajuda humanitária de aceder os necessitados.¹⁹

38. Níger: a assinatura do Acordo de Argel ocasionou passos significativos em partes do Mali, contudo não derivou o fluxo para o Níger, tratando-se, assim, de uma preocupação e evolução inesperada que estão a colocar pressão sobre as operações humanitárias no Níger. O número de refugiados que vai chegando, já atingiu um recorde histórico de 54.000 registados no princípio do mês de Novembro e mais de 3.000 a espera de registo.

39. A **Serra Leoa**, registou chuvas torrenciais em Setembro de 2015 que causaram a ruptura das margens dos seus rios e a destruição de oito comunidades em Bo e duas administrações municipais nos distritos de Pujehun e sul da Serra Leoa. Dá-se conta que as comunidades afectadas estão a perder imóveis e são expostas às chuvas sem saneamento básico adequado, outras são evacuadas e tomam abrigo em escolas vizinhas. As comunidades afectadas encontram-se inacessíveis, sendo que a ajuda humanitária não chega às pessoas vulneráveis. A Organização Mundial da Saúde declarou a Serra Leoa livre das transmissões do Ébola em Novembro passado de 2015.

40. Positivamente, a região da África Ocidental testemunhou o declínio significativo na incidência da proliferação da Doença do Vírus Ébola. Na semana que terminou a 11 de Outubro, não houve casos confirmados na Guiné, Libéria e Serra Leoa. Até 9 de Outubro, a Libéria havia passado 89 dias sem nenhum caso. Os últimos pacientes da Doença do Vírus Ébola na Serra Leoa tiveram alta a 26 de Setembro, ao passo que a última data em que a Guiné relatou sobre casos, foi a 27 de Setembro. A Interagência de Colaboração sobre o Ébola reconheceu a importância de se preservar as capacidades fortes nacionais e internacionais que tenham a capacidade para responder a essas erupções em toda a região.

41. Benim: através de um programa de alimentação escolar bem-sucedido, o PAM, com os seus homólogos do Governo, têm estado a criar cantinas escolares, especialmente em distritos visados onde a segurança alimentar persiste e a matrícula líquida é particularmente baixa. Os estudantes nas escolas visadas recebem uma refeição quente por dia. O programa visa aumentar as taxas de matrículas e de frequência, o rácio de raparigas matriculadas em relação aos rapazes nas escolas, bem como reduzir as taxas de desistência. Tal contribui para a concretização do ensino primário universal e para os Objectivos 1, 2 e 3 de Desenvolvimento do Milénio. O PAM promove a apropriação das cantinas por parte da comunidade.

Região da África Austral

¹⁸ UNOCHA, Outubro de 2015, Boletim Humanitário, Nigéria

¹⁹ UNOCHA, Outubro de 2015, Relatório da Região do Sahel

42. Esta região é tipicamente afectada por catástrofes naturais, nomeadamente estiagem e inundações. Com o actual El Niño que afecta o continente, o impacto sobre a região já se faz sentir, especialmente, no que abarca a produção de alimentos e a falta de água.

43. Malawi, um produtor de milho tipicamente auto-suficiente, sofreu um pobre desempenho em termos de colheitas no ano em curso, devido à um início errático da época de chuva, seguida dos danos das inundações severas em metade da parte sul do país e, devidos aos períodos secos prolongados em grande parte do país para a segunda parte do período. O período seco prolongado e as inundações afectaram a produção do milho, amendoins e arroz, bem como culturas de rendimento tais como algodão e tabaco, deixando 2.8 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

44. Moçambique: em 2014, Moçambique foi vítima de inundações que atingiram níveis históricos elevados, causando danos desastrosos a infra-estruturas e isolando comunidades inteiras, fazendo com que a avaliação das necessidades e a distribuição de bens de ajuda humanitária só fosse possível por via aérea nalgumas localizações. Infelizmente, antes que pudessem recuperar completamente o El Niño já voltou a assolar o país.

45. Na África do Sul, uma estiagem severa e uma onda de calor escaldante estão a assolar o sector agrícola daquele país, visto que a região prepara-se para ocorrências do El Niño. Peritos meteorológicos descrevem a estiagem como a pior em 23 anos na África do sul. O governo colocou de parte 25 milhões de dólares norte-americanos para atender à escassez de água. Isto inclui o envio de cisternas móveis de água para as comunidades afectadas, bem como perfurações²⁰.

46. O Zimbabwe continua a enfrentar um dos maiores défices nacionais da produção do milho na região, conduzindo a requisitos significativos de importação para o período de consumo 2015-2016. Até à data, 245.000 toneladas métricas de grãos forma formalmente importadas entre Abril e Agosto de 2015. As importações informais que do milho quer da farinha de milho continuam a em afluxo²¹.

47. Namíbia: Pelo menos 370.000 populações estão em risco de insegurança alimentar e de insegurança dos meios de subsistência. Os impactos dos riscos caracterizam-se por reduzidas oportunidades de emprego no sector agrícola em 5% - 70% e reduzida produção de milho em 90% nas zonas de planície de milho e de subsistência do gado, cobrindo as planícies do Zambeze e as regiões do Leste e Oeste de Kavango. Há um fornecimento limitado e tardio dos serviços subsidiados de lavoura pelo Ministério da Agricultura para as famílias menos resilientes devido ao impacto cumulativo das inundações e das secas ao longo dos anos. Como recomendação, deve-se considerar a prestação de assistência alimentar orientada no período que vai até Março de 2016, para as famílias que enfrentam um défice na protecção dos seus meios de subsistência. Produções de sementes melhoradas de milho por irrigação pela Green Scheme durante a época baixa para a próxima época de colheita a ser implementado conforme aprovado no programa intercalar de combate à seca. A implementação das medidas de médio e longo prazo estipuladas no programa intercalar de combate à seca (incentivos de comercialização do gado, transportes e locação de terrenos para

²¹ Rede de Sistemas de Alerta Rápido sobre Fome (FEWS NET), Outubro de 2015, Zimbabwe Food Security Outlook

pastagem, forragens/feno para o gado e serviços de saúde animal para os agricultores e o abastecimento de água) devem prosseguir. Acompanhamento regular dos principais indicadores de vulnerabilidade (preços descontínuas, os preços do gado, pastagem, água, etc.)

48. Madagáscar, em Androy, Atsimo Andrefana e partes das regiões de Anosy, a produção de alimentos básicos foi significativamente abaixo da média para o terceiro ano consecutivo. A grande probabilidade do actual El Nino continuar até ao fim da época de chuvas poderá resultar na queda de chuvas média ou abaixo da média sobre a região do sul de Madagáscar, reduzindo a produção de cultivos e as oportunidades de trabalho associadas à agricultura²².

49. Zâmbia: Na maior parte do país, espera-se que os resultados da insegurança alimentar aguda mínima continuem. No entanto, no sudoeste da Zâmbia, onde as famílias dependem dos mercados para o acesso a alimentos básicos mais do que o habitual, e as receitas provenientes da venda de gado são limitadas por causa da proibição da circulação de gado visando conter a febre aftosa. Tal situação persistirá até Março 2016. A distribuição de ajuda alimentar nestas áreas está em curso. Os preços do milho e das refeições continuam mais elevados em comparação com o ano passado e a recente média quinquenal, devido às reservas de produtos alimentares de base abaixo da média e à alta procura regional de milho na Zâmbia. Numa tentativa de reduzir os preços da farinha de milho, o Governo irá fornecer milho a partir da Agência de Reserva Alimentar a um preço abaixo do mercado (K1.7/Kg) aos moleiros a partir de meados de Novembro. Embora os preços possam estabilizar-se ainda continuarão altos e acima da média de cinco anos até Março. As famílias agrícolas estão avançadas nas actividades de preparação de terra, valendo-se das recentes chuvas generalizadas, sendo que algumas estão a começar a comprar insumos subsidiados pelo Governo, embora esses insumos ainda não estejam disponíveis em todos os distritos. As famílias que possuem gado estão a vender algum gado para comprar o adubo mais caro do mercado visto que o fertilizante subsidiado é insuficiente (quatro sacos por agricultor como nos anos anteriores)²³.

III. DESAFIOS:

50. O financiamento permanece um grande desafio para os programas humanitários em África, tendo em conta a mudança das atenções para outras partes do mundo, sobretudo, com afluxo de refugiados da Síria, Iraque e Afeganistão.

IV. CONCLUSÕES:

51. Embora as catástrofes naturais não podem ser evitadas na sua totalidade, os seus efeitos podem ser mitigados de forma a evitar crises humanitárias devastadoras. As soluções duradouras permanecem a única panaceia às crises humanitárias em África. Por conseguinte, as soluções políticas devem continuar a estar no centro do diálogo humanitário. África deve encontrar uma forma inovadora de financiamento dos seus programas humanitários, visto que a confiança excessiva na ajuda externa, já não pode ser realística.

²² Rede de Sistemas de Alerta Rápido sobre Fome (FEWS NET), Outubro de 2015, Actualização sobre a Monitorização Remota do Madagáscar

²³ FEWS, Novembro de 2015, actualização da perspectiva de segurança alimentar da Zâmbia

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2016

Report of sub-committee on refugees, returnees and internally displaced persons in Africa

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4912>

Downloaded from African Union Common Repository